

01

Saúde mental na militância trans: lutas entre a representatividade e a sobrevivência

Mental health in trans militancy: struggles
among representativeness and survival

Felipe de Baére

Universidade de Brasília (UnB)

Doutor em Psicologia Clínica e Cultura (UnB)

E-mail: felipebaere@gmail.com

Valeska Zanello

Professora Associada 3 do Departamento de

Psicologia da Universidade de Brasília (UnB)

Doutora em Psicologia (UnB)

E-mail: valeskazanello@uol.com.br





Resumo

A saúde é uma pauta que sempre esteve presente na história do movimento trans brasileiro e, recentemente, tem sido observada maior atenção para o campo da saúde mental, devido ao impacto das difusas violências transfóbicas às quais essa população está submetida. Ao articular o movimento social com a saúde mental, o presente trabalho buscou analisar qualitativamente as vivências pessoais e a trajetória no movimento social de ativistas trans, a fim de compreender como a representatividade e a relação com o ativismo repercutem no seu bem-estar e na saúde mental. Foram produzidas três categorias, a saber: 1-) As dores e as delícias da representatividade; 2-) Situando o sofrimento psíquico na militância trans; 3-) Sobrevivência através da gestão do cuidado. Ao final, foi possível observar que como os efeitos das vivências hostis repercutem na saúde mental de ativistas, bem como nas relações que se estabelecem dentro do movimento trans.

Palavras-chave: movimento social; ativismo trans; militância; saúde mental; história; representatividade

Abstract

Health is an agenda that has always been present in the history of the Brazilian trans movement and, recently, greater attention has been observed in the field of mental health,

due to the impact of the widespread transphobic violence to which this population is subjected. By articulating the social movement with mental health, the present work sought to qualitatively analyze the personal experiences and trajectory in the social movement of trans activists, in order to understand how representativeness and the relationship with activism have an impact on their well-being and on the mental health. Three categories were produced, namely: 1-) The pains and delights of representation; 2-) Situating psychic suffering in trans militancy; 3-) Survival through care management. In the end, it was possible to observe how the effects of hostile experiences affect the mental health of activists, as well as the relationships that are established within the trans movement.

Keywords: social movement; trans activism; militancy; mental health; history; representativeness

INTRODUÇÃO

No movimento sexo-gênero diverso brasileiro, embora ainda seja observada a hegemônica representatividade cisgênera, sobretudo de homens gays, é inegável o crescimento da participação da militância trans, em seus múltiplos matizes (NASCIMENTO, 2021). Resultado de uma rede de organizações, que tem se articulado e crescido

progressivamente desde a década de 1990, hoje não é mais aceitável que em espaços políticos que se definam como LGBTQIA+ inexista uma representação trans. Contudo, esse entendimento é algo recente em comparação a toda a trajetória deste movimento social. Na atualidade, a própria composição do movimento trans apresenta evidentes distinções de sua configuração inaugural (CARVALHO, 2011; COACCI, 2018), com a chegada de novos sujeitos coletivos que também não se identificam com o gênero que lhes foi designado no nascimento.

A compreensão da história do movimento trans no cenário brasileiro requer o acompanhamento das mudanças ocorridas neste espaço político e social antes mesmo de sua formação. Na década de 1960, embora já fosse possível identificar uma forma preambular de ativismo entre pessoas que hoje seriam compreendidas como trans, é ao longo dos anos 1990 que o debate público e a organização política da comunidade de travestis e transexuais se estabeleceu (COACCI, 2018)¹. Nesse período, a hegemonia dos homens gays no Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) foi contestada, de forma a também reconhecer formalmente a militância de lésbicas e de travestis, ainda preteridas

1 Esse ativismo precedente está relacionado ao debate público em torno das cirurgias de transgenitalização, realizadas naquele período de maneira clandestina, por se configurar na justiça como um crime de mutilação corporal.

no MHB, mesmo sendo ambas partícipes do processo de articulação e estruturação desse movimento social desde a sua fase inaugural, em 1978 (OLIVEIRA, 2018).

Ao mapear o campo do movimento trans no Brasil, Coacci (2018) utilizou a periodização em ondas para descrever as transformações ocorridas neste segmento do movimento LGBTQIA+ desde que se consolidou como uma organização política na década de 1990. Foram apresentadas três ondas, a saber: a primeira (1990-2000) consiste no surgimento das primeiras organizações locais e encontros nacionais, envolvendo sobretudo as pautas relacionadas ao combate à violência e a prevenção da epidemia de HIV/Aids; a segunda (2000-2010), por sua vez, envolve a ampliação do movimento trans no país e a maior atuação no âmbito federal, com a criação de organizações nacionais, como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e o Coletivo Nacional de Travestis (CNT); por fim, a terceira (2010 até o momento presente) caracteriza-se pelo crescimento da articulação do movimento trans com os feminismos e o movimento negro, pela expansão da visibilidade da população trans na mídia e pela acelerada criação de redes e organizações trans, com a emergência da militância dos homens trans e transmasculinos, bem como de outras categorias, como os sujeitos não-binários.

No que concerne à organização das travestis pelo Brasil ao longo dos anos 1990, Carvalho e Carrara (2013) compreendem ter havido dois modelos preponderantes que corroboraram para a sua construção: a auto-organização como via de resposta à violência policial, sobretudo nos pontos de prostituição; e a vinculação a projetos de Organizações Não Governamentais (ONG) na luta contra o preconceito e a desinformação em torno da epidemia de HIV/Aids. Dentre as principais representantes da militância travesti neste primeiro momento estava Jovanna Cardoso, que já possuía uma trajetória de lutas pelo direito das travestis inseridas na prostituição. No Rio de Janeiro, juntamente com outras companheiras, Jovanna integrou a Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL), considerada como a primeira organização de travestis do Brasil, cuja criação em 1992 intensificou o processo de politização das travestis, o que possibilitou uma luta coletiva mais organizada e institucionalizada dessa categoria.

Em 1993, aconteceu a primeira reunião de travestis provenientes de cinco estados brasileiros (Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais e Paraná), que resultou no I Encontro Nacional de Travestis e Liberados (ENTLAIDS), ainda hoje considerado o principal evento da militância trans no país. Assim como já era viável a realização de encontros nacionais, havia o interesse pela

ampliação da interlocução entre as militantes travestis de diferentes estados. Desse modo, durante os anos 1990, houve duas tentativas de criação de associações de âmbito nacional: a Associação Nacional de Travestis (RENATA) que, posteriormente, foi substituída pela Associação Nacional de Travestis e Liberados (RENTRAL), cuja mudança teve o intuito de aumentar o número de participações e colaborações. Embora ambas as tentativas não tenham perdurado, ao final dessa década, já se observava uma articulação maior entre os coletivos regionais de travestis e, por meio dessa organização, foi possível a inserção do “T” na sigla de um movimento social que, até aquele momento, era pautado apenas pela militância gay e lésbica (CARVALHO, 2015; SIMÕES; FACCHINI, 2009).

Conforme observaram Carvalho e Carrara (2013), no fim da década de 1990, a inserção do “T” no movimento social ocorreu em meio a um impasse entre a escolha dos termos identitários mais apropriados. O “T” poderia representar “travestis”, “transexuais” e “transgêneros”. Além disso, nesse período, o sintagma “identidade de gênero” começava a ganhar maior destaque, como forma de consolidar a distinção entre gays, lésbicas e bissexuais de um lado, pautados pela orientação sexual, e travestis e transexuais de outro (CARVALHO; CARRARA, 2013). Essa diferenciação foi importante para delinear quais pautas eram mais

urgentes para cada grupo. Neste período, por exemplo, as dissidências sexuais já se encontravam despatologizadas e menos estigmatizadas socialmente, enquanto as pessoas trans, por ainda estarem inseridas no rol das classificações de transtornos mentais e por serem vistas como seres abjetos, precisaram enfrentar ofensivas normativas em múltiplos contextos.

A segunda onda do movimento trans, apresentada por Coacci (2018), abrange o intervalo entre 2000 e 2010, sendo caracterizada tanto pela ampliação e consolidação dessa militância, bem como por tensões e mudanças internas, sobretudo pela continuidade das disputas identitárias entre os “Ts”. De acordo com Simpson (n.d.), em 2000, a então denominada RENTRAL se tornou Associação Nacional de Transgêneros (ANTRA) e, posteriormente, Associação Nacional de Travestis e Transexuais, nome que se mantém até o momento presente com a mesma sigla. Outra organização de âmbito nacional que teve destaque neste período foi o Coletivo Nacional de Transexuais (CNT), criado em 2005, em Brasília, durante o XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros (EBGLT) e do I Encontro Nacional de Transexuais. Conforme descreveu Coacci (2018), ainda que o CNT não tenha se institucionalizado, operando apenas como uma rede informal, é por meio desse coletivo que a identidade “transexual” se consolidou no movimento social

organizado, criando outros contornos na configuração da militância trans.

O CNT teve um papel relevante nas deliberações sobre a construção do processo transexualizador no Brasil, durante o primeiro governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Tão logo se iniciou o governo do PT, houve o estreitamento do diálogo entre movimentos sociais e o governo federal. Em 2004, foi instituído o programa Brasil Sem Homofobia (BSH), que representou um marco nas políticas públicas voltadas para a população sexo-gênero diversa, ao se propor a corresponder às necessidades e demandas apresentadas pelo movimento GLBT, como era denominado neste período. A saúde estava entre os principais campos de articulação, através do reconhecimento da complexidade das questões apresentadas pelas dissidências sexuais e de gênero (BRASIL, 2012). Logo, vários setores do Ministério da Saúde foram acionados para recepcionar as novas demandas, como o processo transexualizador.

A elaboração do processo transexualizador tornou-se palco de disputas por saberes de diversas áreas, que culminou na prevalência do discurso médico-psi patologizantes através da Portaria 457/2008, da Secretaria de Atenção à Saúde/Ministério da Saúde, que regulamentava o processo transexualizador. Essa portaria condicionava os serviços de saúde envolvidos no processo ao diagnóstico psiquiátrico

(ALMEIDA; MURTA, 2013). Além disso, durante essa construção conjunta, que envolveu a participação do movimento social, pesquisadores e profissionais da saúde, o que prevaleceu na portaria foram as cirurgias, sendo colocados em segundo plano outros procedimentos relevantes para esse processo, incluindo a hormonioterapia. Coacci (2018), que entrevistou sujeitos envolvidos nas negociações para a criação dessa política pública, assinalou que foi esse um dos acontecimentos que corroboraram para o distanciamento entre “ativistas” e “acadêmicas”, que passaram a se relacionar “ora em conflito, ora em aliança” (p. 146).

As aproximações e distanciamentos entre movimento trans, outros movimentos sociais e academia fazem parte do período que corresponde a terceira e última onda descrita por Coacci, que se inicia em 2010 e vai até a data da publicação de sua pesquisa, em 2018. Nesse intervalo, são observadas várias mudanças, tais como: a criação de novos coletivos e associações trans regionais e nacionais; a disputa pela entrada de mulheres trans e travestis no feminismo e o fomento dos debates sobre o transfeminismo (JESUS, 2014; NASCIMENTO, 2021); o ciberativismo e as redes sociais como os espaços privilegiados de debates e reflexões sobre o movimento sexo-gênero diverso (CARVALHO; CARRARA, 2015); a midiaticização das pautas trans em uma perspectiva não patologizadora; além disso, é neste momento em que

se dá a emergência da militância transmasculina, com a formação de organizações nacionais específicas para esses grupos e a inserção de pautas que, até então, encontravam-se fora dos ambientes de discussão do movimento trans.

A presença transmasculina no movimento trans era exígua até os anos 2010. De acordo com Nery (2018), apenas no 18º ENTLAIDS, realizado em outubro de 2011 em Recife, criou-se um espaço para a participação transmasculina. Em maio do ano seguinte, ocorreu a primeira grande reunião de transmasculinos no 7º Encontro Regional Sudeste de Travestis e Transexuais, em Belo Horizonte, ainda em uma configuração mista, com a presença de mulheres trans e travestis. Meses depois, era criada a primeira organização transmasculina denominada Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT), que tinha como uma de suas propostas a ampliação da rede hospitalar para o atendimento e acompanhamento do processo transexualizador junto ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Embora a ABHT tenha sido extinta em 2013, neste mesmo ano, foi constituído o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), que procurou se organizar de maneira descentralizada, com várias coordenadorias operando em formato de rede (Santos & Morelli, 2018). Em 2015, o IBRAT organizou o I Encontro Nacional de Homens Trans (ENAHT) em São Paulo, sendo que a sua abrangência

possibilitou a parceria com entidades como o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Conselho Federal de Serviço Social (CFSS). Além disso, o IBRAT teve papel fundamental na inserção das pautas transmasculinas no processo transexualizador, auxiliando na revisão da antiga legislação, que resultou na Portaria 2.803/13, do Ministério da Saúde, e garantiu o direito à procedimentos biomédicos que, até então, não contemplavam a população transmasculina.

Juntamente com o processo transexualizador, outra pauta que se destacou para o movimento trans durante a terceira onda foi a despatologização. De acordo com Bento e Pelúcio (2012), após a década de 1980, as novas edições do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) e a Classificação Internacional de doenças (CID) reforçaram a compreensão do gênero como uma categoria psicodiagnóstica, quando este deveria ser entendido como uma categoria cultural. Devido a esse controle normativo, no cenário brasileiro, o acesso da comunidade trans à terapia hormonal, à cirurgia de redesignação de gênero e a outros procedimentos biomédicos tem sido mediado por diagnósticos médico-psiquiátricos. Essa compulsoriedade passou a ser coletivamente contestada no país a partir dos anos 2010, reflexo de um movimento de despatologização das identidades trans*, que ganhou força no cenário

internacional a partir da campanha *Stop Trans Pathologization* (Parem com a Despatologização Trans, tradução livre).

O enquadramento de identidades trans no rol de transtornos mentais é uma das formas de estigmatizar subjetividades que não se conformam à normatividade cisgênera (VERGUEIRO, 2015). Ao longo da história, indivíduos considerados doentes, sob a ótica da anormalidade criminalizada (FOUCAULT, 2010), têm sido sujeitados às mais diversas práticas de violência, sobretudo quando a leitura desse adoecimento é perpassada por valores morais. Nessa lógica, o sujeito visto como anormal se torna alvo da abjeção social (KRISTEVA, 1982), que se manifesta através do ódio, do repúdio e de reiteradas tentativas de aniquilação de suas existências.

No cenário brasileiro, diante da negligência e ineficiência do Estado no levantamento de dados estatísticos relacionados às violências contra a população trans, o próprio movimento social precisou atenuar os efeitos dessa ausência de informações a partir da elaboração de relatórios e demais documentos informativos. Fundada em 2009, em decorrência de divergências com a ANTRA, a Rede Trans Brasil é uma organização nacional que tem contribuído para a produção contínua desses materiais instrutivos. Desde 2016, a Rede Trans tem publicado dossiês anuais de assassinatos, suicídio e outras mortes brutais de pessoas trans*

no Brasil. O trabalho envolve o método hemerográfico, já utilizado pelo Grupo Gay Bahia, no qual a contagem dos casos é feita através das notícias que circulam na mídia, que são posteriormente checadas, para validar a pesquisa.

Além da Rede Trans, a ANTRA também tem publicado relatórios anuais com o mesmo método de levantamento de dados. Cabe ressaltar que, em ambas as organizações, o suicídio de pessoas trans tem sido evidenciado como uma questão alarmante nessa comunidade, haja vista o número de pessoas trans que interrompem a própria vida devido a uma conjuntura social transfóbica e mortífera. Ademais, conforme alerta Benevides (2022), existe a retórica que persiste na patologização de pessoas trans ao afirmar que a identidade trans, em si, já seria um fator de risco para o comportamento suicida, desconsiderando todos os múltiplos contextos de violência aos quais pessoas trans estão submetidas desde fases arcaicas de suas vidas.

Embora inexistam instrumentos públicos voltados para avaliação da saúde mental da população sexo-gênero diversa, incluindo os levantamentos de óbitos por suicídio (BAÉRE, 2019), existe o entendimento de que a violência social e todas as mazelas enfrentadas por pessoas LGBTQIA+ são agravantes para o sofrimento psíquico dessa população (CARVALHO; MENEZES, 2021). A própria Política Nacional de Saúde Mental LGBT (2012) assinala a necessidade de

cuidado com a saúde mental das dissidências sexuais e de gênero e faz menção ao suicídio como um problema de saúde presente nesta população. Ao longo de 2010, o CFP procurou assistir à comunidade trans ao apoiar as campanhas de despatologização das identidades trans. Paralelamente a esse apoio prestado, o CFP publicou, em 2018, a Resolução 01, que estabelece normas para profissionais da psicologia em relação aos atendimentos voltados para pessoas transexuais e travestis, sob a ótica da despatologização. Essa normativa do CFP busca suprimir os posicionamentos transfóbicos que ainda se encontram presentes nos contextos clínicos no país e, de certo modo, têm sido insuflados por correntes conservadoras e por setores fundamentalistas religiosos (LIONÇO, 2019).

Ao considerar o plural histórico do movimento trans no cenário brasileiro e os desafios enfrentados por essa militância na luta pela afirmação de seus direitos, o que inclui o direito à saúde em todas as suas dimensões, torna-se necessária a investigação sobre a condição de saúde mental de pessoas trans que se encontram inseridas no movimento social. Seria esse um ambiente propício para o cuidado psíquico? Haveria contextos no ativismo agenciadores de sofrimento? O presente trabalho teve como objetivo analisar qualitativamente as vivências pessoais e a trajetória no movimento social de ativistas trans e

compreender como esses sujeitos políticos entendem o modo pelo qual as suas representatividades e ocupações no movimento trans impactam o seu bem-estar e a sua saúde mental. O intuito não foi direcionar as participações para discorrerem especificamente sobre a própria saúde mental e o sofrimento psíquico, mas identificar como esses temas atravessam, direta ou indiretamente, as suas experiências em suas relações com a militância.

MÉTODO

A pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília (IH/UnB)². Inicialmente, foi elaborada uma lista de possíveis colaborações, com a proposta de que houvesse a presença de diferentes gerações da militância trans. Essa lista teve como critério o histórico de compromisso com o movimento trans até o momento presente. Era sabido que, por se tratar de uma pesquisa produzida por pessoas cisgêneras, os convites poderiam ser negados ou ignorados. Há um entendimento compartilhado na comunidade trans de que, ao longo da história, suas subjetividades estiveram a serviço de pesquisadores cisgêneros que exotizaram as suas vivências através de investigações que não levavam em consideração as suas falas, restringindo-as a meros objetos

2 Parecer de número 3.250.834

de pesquisa (BENEVIDES; LEE, 2018). Logo, a prioridade tem sido a colaborar com trabalhos realizados ou por pessoas trans, como forma de incentivar a inserção dessa população no campo acadêmico e científico, ou por pessoas que sejam reconhecidas como “cis-aliadas”.

As colaborações das mulheres transexuais e travestis envolveram uma mulher transexual branca, de 55 anos, moradora de Goiânia, psicóloga e mestra em Saúde Mental, presidenta de coletivo trans e envolvida no transativismo desde a década de 1990 (TF1); mulher transexual negra, de 34 anos, natural de Recife, presidenta de coletivo trans e estudante de ciências sociais (TF2); mulher transexual negra, de 31 anos, designer de moda, cabelereira e presidenta de uma organização trans do Distrito Federal (TF3); travesti branca, de 31 anos, natural do Ceará, moradora do Rio de Janeiro, pedagoga, atriz e poetisa (TF4).

Entre os ativistas transmasculinos estão um homem trans branco, de 43 anos, natural e morador de Fortaleza, antropólogo e pesquisador, coordenador nacional de grupo transmasculino (TM1); sujeito intersexo transmasculino branco, de 39 anos, natural de São Paulo e morador do Rio de Janeiro, sociólogo e pesquisador (TM2); homem trans negro, de 28 anos, natural e morador de Fortaleza, agente de segurança e membro fundador de casa de acolhimento para pessoas LGBTQIA+ (TM3); homens trans negro, de 27

anos, morador de Brasília, educador físico e coordenador regional de organização transmasculina (TM4).

Com atenção para questões sensíveis à comunidade trans no que concerne à participação em pesquisas acadêmicas, o presente trabalho buscou analisar qualitativamente (MINAYO, 2012) as vivências pessoais e a trajetória na militância de pessoas trans através de entrevistas abertas, iniciadas com a pergunta disparadora: “Conte-me sobre a sua história de vida, envolvendo a sua chegada no ativismo e como tem sido a sua relação com a militância bissexual desde então” À medida que se apresentavam novas questões envolvendo experiências de sofrimento e/ou de bem-estar relacionadas ao exercício do ativismo e às dinâmicas internas do movimento social, outras perguntas eram trazidas, tais como: “Fale-me mais sobre isso” ou “Conte-me um pouco mais sobre o que acabou de mencionar”. Devido ao contexto pandêmico e ao fato de as participações serem provenientes de outros estados, todas as entrevistas foram realizadas através de aplicativos de videochamada e integralmente gravadas, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

As entrevistas ocorreram entre os meses de janeiro e março de 2022 e as gravações entre fevereiro e março de 2022. As oito transcrições foram submetidas à análise de conteúdo (BARDIN, 2016), que consistiu na categorização de

elementos a partir de sua reincidência temática na fala das pessoas entrevistadas. Para além dos aspectos semânticos, os conteúdos subjacentes também se tornaram objetos de análise. São os aspectos ideológicos, as ideias implícitas, as suposições e aquilo que não pode ser dito ou reconhecido pelo sujeito na ocasião da entrevista, mas, nem por isso, deixa de ser relevante para a pesquisa.

Como forma de assegurar maior rigor ao trabalho, a análise de conteúdo foi elaborada por dois avaliadores. Em uma primeira etapa, cada grupo de entrevistas foi analisada pelos avaliadores separadamente, a fim de que fossem levantadas as categorias específicas e comuns ao grupo das mulheres transexuais e travestis e ao grupo dos homens transexuais e transmasculinos. Ao final desse processo inicial, os avaliadores se reuniram para comparar as análises realizadas em cada grupo. A partir dessa comparação, foi possível chegar a três categorias comuns.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da análise de conteúdo, foram elencadas três categorias, a saber: 1-) As dores e as delícias da representatividade; 2-) Situando o sofrimento psíquico na militância trans; 3-) Sobrevivência através da gestão do cuidado. A seguir, cada uma das categorias e subcategorias serão descritas de modo detalhado. Como forma de aprimorar

a compreensão, foram compartilhados, em itálico, fragmentos das falas das entrevistadas (TF1, TF2, TF3 e TF4) e dos entrevistados (TM1, TM2, TM3 e TM4).

1-) As dores e as delícias da representatividade

As vivências na militância podem ser promotoras de bem-estar, ao conferir a determinados sujeitos coletivos historicamente marginalizados um espaço de reconhecimento e de pertencimento. Contudo, também é possível que essas experiências sejam permeadas por relações conflituosas. O nome dessa categoria já intitulou um relatório sobre as transmasculinidades no Brasil (INSTITUTO INTERNACIONAL SOBRE RAÇA, IGUALDADE E DIREITOS HUMANOS; REVISTA ESTUDOS TRANSVIADES, 2021) e, de certo modo, sintetiza as experiências compartilhadas nas entrevistas. Embora seja reconhecida a relevância do movimento social como veículo de transformação pessoal, nem por isso as vivências neste espaço político se mostram exclusivamente satisfatórias ao envolver questões relacionadas à representatividade e à participação na militância.

1.1-) Contextos preambulares na militância trans

Antes de adentrar na militância trans, a maioria dos participantes se reconhecia apenas como dissidências sexuais. Ou seja, os transmasculinos se entendiam como

lésbicas e as mulheres transexuais se entendiam como gays. Provavelmente, se houvesse condições para que conseguissem afirmar a sua identidade trans desde cedo, aspectos relacionados a essa fase preambular apresentariam outros contornos. De acordo com TF2, a sua fase cisgênera, que precedeu o ingresso no ativismo trans, foi um período em que ainda era uma pessoa despolitizada, no qual se via como *preconceituosa, que estigmatizava as pessoas, pois não conhecia a realidade*. Sua transformação pessoal e o seu interesse pela pauta de direitos humanos ocorreram após a sua transição de gênero, quando se inseriu no movimento social, através de uma ONG voltada para a população que vive com HIV/Aids.

A necessidade de lidar contra os efeitos da normatividade de gênero tem feito parte da trajetória de TM2, que descobriu ser uma pessoa intersexo já adulto, quando estava se aproximando da militância lésbica e bissexual, em um período em que ainda se entendia como uma pessoa cisgênera. Embora tenha sido criado e se socializado como mulher cis, a descoberta da intersexualidade possibilitou que entrasse em contato com a identificação masculina que, até então, encontrava-se refreada. Contudo, por estar inserido em atividades do movimento de mulheres lésbicas e bissexuais, em um primeiro momento, sentiu-se mais à vontade se apresentando como um sujeito não-binário.

Eu nunca vou ser muito desse feminino que me foi imposto, mas, influenciado pela Caminhada, eu nem queria ser o masculino. Se eu me assumisse como transmasculino, por exemplo, como a minha origem foi o movimento de mulheres lésbicas e bissexuais, era como se eu estivesse traindo o movimento (TM2).

A preocupação de TM2 não estava apenas atrelada ao receio de trair o movimento de mulheres lésbicas e bissexuais, mas também de buscar não se enquadrar no padrão de masculinidade que era amplamente criticada e repudiada por elas. A atenção e o cuidado em relação ao tipo de masculinidade que iriam apresentar ao longo da transição esteve presente na fala dos ativistas transmasculinos. Essa inquietação, por sua vez, esteve ausente na fala das mulheres transexuais e travesti, ou seja, elas não mencionaram ao longo das entrevistas terem experienciado apreensões no que concerne ao tipo de feminilidade que iriam apresentar. Talvez, a preocupação transmasculina se deve ao fato de muitos deles, antes da transição, estarem próximos a movimentos feministas e reconhecerem os danos causados pelo sexismo e pelo machismo. *Eu sempre tive aproximação com o movimento feminista, a militância feminista. Mas eu nunca fui atuante, nunca estive atuando de forma direta, de linha de frente. Mas sempre estive ali apoiando, como ainda hoje apoio e atuo de uma certa forma, de uma forma indireta, nos movimentos feministas. (TM1).*

1.2-) *Dinâmicas internas conflituosas*

Embora a relação com o movimento feminista tenha sido descrita como harmoniosa para parte dos ativistas transmasculinos, TM2 afirmou que foram aspectos negativos relacionados a certos posicionamentos feministas em grupo de lésbicas e mulheres bissexuais que lhe fizeram preferir se aproximar da militância transmasculina. Neste grupo, além de se incomodar com a impossibilidade de pautar quaisquer assuntos que pudessem envolver questões relacionadas aos homens em geral, TM2 também afirmou ter se sentido incomodado com o aumento da presença de militantes autodeclaradas feministas radicais que, segundo ele, apresentavam discursos trans excludentes. Desse modo, para ele, a militância se tornou *um lugar tóxico, porque não era mais só de mulheres lésbicas e bissexuais, virou um antro de radfems*. TM2 percebia os efeitos dessa retórica violenta através da inexistência de mulheres trans e travestis nesses espaços. *Eu não lembro de nenhuma mulher trans lésbica participando, ou se assumindo como trans lésbica*.

O combate aos discursos de ódio e ao posicionamento trans excludente tem sido uma pauta de grande relevância para a militância de mulheres transexuais e travestis, com o amplo apoio da comunidade trans. Isso porque determinadas retóricas transfóbicas tendem a reforçar discursos biologizantes, que naturalizam o gênero e incitam

a estigmatização e a violência contra a população trans. Embora sejam observadas a concordância e a uniformidade de toda a comunidade trans frente a determinadas questões, não significa que sejam esporádicas as desavenças e contestações neste diversificado espaço social. Nas entrevistas, por exemplo, uma questão que se pronunciou foi a queixa dos ativistas transmasculinos em relação ao silenciamento de suas pautas e de suas participações.

Conforme apontou TM4, desde que se inseriu na militância sexo-gênero diversa, tem observado tentativas de desqualificação das pautas transmasculinas por parte de gays e de mulheres transexuais e travestis, sob o argumento de que esse grupo, por possuir curta trajetória na militância, é inexperiente e inexpressivo. *As pessoas vêm e falam: “Ah, vocês chegaram agora. Não é assim, não é assado”. E a gente quer reivindicar alguns direitos, algumas questões nossas, próprias da nossa pauta, especificidades e aí falam: “Não, perai, essa pauta não é importante agora. Deixa para depois, porque ela veio recente agora”.* Além da diminuição da importância de suas demandas, outro modo relatado para silenciar os ativistas transmasculinos envolve a alegação do gênero. Conforme TM4 tem testemunhado, é recorrente que as tentativas de manifestação desse grupo sejam nomeadas de atitudes machistas. *Porque a gente é homem, aí a gente não pode falar. Porque a gente é macho, é escroto. E aí a gente*

tem sempre que calar a boca. É sempre uma violência dentro de uma violência, lembrando que a gente é LGBT também, a gente também é calado em vários outros locais.

Dinâmicas de apagamento dentro da militância LGBTQIA+ diversa não se restringem às práticas de silenciamento dos sujeitos transmasculinos. Ao longo da história do movimento sexo-gênero diverso, TM1 observa uma tendência de organização das agendas da militância de maneira monolítica, o que tem impossibilitado a aceitação das interseccionalidades. *Você tem que ser um ativista trans em qualquer lugar que você esteja, mas as outras lutas que você coloca, vai ter que colocar sempre depois (...) estava no Facebook, eu tinha publicado alguma coisa, aí tinha uma ativista trans que estava me seguindo. Ela disse a seguinte frase, marcou para nunca mais esquecer: “Você precisa escolher que tipo de ativismo você quer fazer, porque não dá para você ser trans e intersexo”.*

A imposição pela escolha de um ativismo é uma das problemáticas que perpassam a militância trans dentro de um rol de questões que se fazem presentes neste ambiente social e político. *É atravessamento que não acaba mais. Atravessamento de raça, de cor, de etnia, atravessamento de não-binariedade, atravessamento de cultura e arte, atravessamento de saúde, de educação, de segurança pública, atravessamento territorial, geográfico. Então é uma imensidão de atravessamentos (TM1). Diante de tantas demandas, outro aspecto mencionado*

pelas ativistas transexuais e travesti é o desinteresse da nova geração em participar ativamente da militância. *Nesse momento, elas estão mais interessadas em pegar tudo pronto. É uma geração que já pegou tudo pronto. Porque tem aquelas cinco lá atrás que apanhou, sabe?* (TF1). A indignação compartilhada por TF1 é maior porque, segunda a militante, hoje muitas dessas jovens dispõem de maior abertura, incluindo apoio familiar, para se inserirem no movimento social em comparação às ativistas que as antecederam.

Ao passo que foi relatada a crítica à baixa participação das novas gerações na militância trans, também foi apontado a predisposição das gerações mais antigas de centralizarem as atividades e participações. *Eu vejo ativistas que representam uma entidade nacional ou uma entidade local que personificam o próprio movimento trans para elas (...) principalmente alguns ativistas um pouco mais antigos, um pouco mais famosos, personificam o movimento e trazem para si como dono e proprietário da pauta LGBT* (TF3). De acordo com TF3, esse fenômeno possui até uma denominação anedótica. *Chama-se “ING”, indivíduo não-governamental. Não é um coletivo, é uma pessoa que se identifica como representante do movimento trans inteiro. Se identifica como o próprio coletivo, fala pelo coletivo, fala pelo movimento inteiro. Fala por si só, mas que se diz representando o movimento inteiro de pessoas trans.*

2-) Situando o sofrimento psíquico na militância trans

Muito tem sido divulgado sobre a dura realidade da população trans no Brasil. Não apenas apontado como o país que mais assassina corpos trans no mundo através de pesquisas internacionais (TRANSGENDER EUROPE, 2021), como também pelos documentos produzidos pelo próprio movimento social (BENEVIDES, 2022; REDE TRANS BRASIL, 2021). A cultura brasileira, estruturalmente patriarcal, sexista e LGBTQIA+fóbica, apresenta inúmeros obstáculos a essa população por meio de uma transfobia capilarizada, que se torna um impeditivo para a população trans fruir plenamente de sua cidadania e traz grandes prejuízos psíquicos para esse grupo. Ao considerar os impactos na saúde mental da população trans e compreender a complexidade das dinâmicas internas no movimento social, essa categoria descreve quais são os contextos no movimento trans agenciadores de sofrimento psíquico e como as relações interpessoais na militância, muitas vezes, encontram-se atravessadas por dores que dificultam a manutenção de ambientes harmoniosos e promotores de bem-estar.

2.1-) *Sobre cargas e urgências*

Inserir-se na militância trans é lidar com múltiplas atividades que vão se apresentando cotidianamente,

em diferentes espaços sociais. Em todas as entrevistas, estiveram presentes queixas relacionadas à sobrecarga de trabalhos que, por não ser devidamente distribuída, torna-se fator de estresse e de sofrimento. Devido a dificuldades encontradas na conciliação da vida pessoal com a militância, é frequente que muitas pessoas que, em um primeiro momento, disponibilizam-se para participar de ações de organizações as quais se filiaram, acabem por se isentarem das incumbências, restando para um grupo menor as demandas acumuladas. *A gente tem mais de 70 pessoas trans no grupo do Whatsapp. Mais de 70 pessoas trans. Quem constrói as ações da associação são quatro pessoas (TF2).*

Conforme sinalizou TM1, ainda que exista o entusiasmo para criar coletivos com certa horizontalidade no organograma, é comum que os integrantes que assumem as funções de coordenação tenham que lidar com o excesso de trabalhos, enquanto as pessoas que não se voluntariam para essas funções se tornam mais isentas na participação dos compromissos. *Porque existem trâmites, e os trâmites requerem uma série de burocracias. Aí então as estruturas acabam criando também as manifestações que têm mais responsabilidade (...) E aí quem vai ficando, digamos, nessa pirâmide mais embaixo é a pessoa que também menos se envolve (TM1).* Em meio a essa construção piramidal, existe também a responsabilidade pessoal. *Porque, às vezes, você é a única esperança que uma pessoa*

trans tem e você quer fazer valer a pena, por você e por aquela pessoa (...) é um acúmulo das dificuldades: vem um acúmulo das palavras transfóbicas, vem um acúmulo das portas do mercado de trabalho fechadas, vem o acúmulo das suas contas chegando e você não ter dinheiro para pagar. Vem o acúmulo de tudo (TM3).

Nesse panorama, a pessoa que recebe os maiores encargos frequentemente se vê em meio a inúmeros compromissos e, em muitos casos, é aquela que precisará lidar com as decepções que fazem parte desta ocupação. *Você tem, por exemplo, cinco pessoas para se reunir ao longo do dia. Você leva seu projeto, a pessoa lê, lê. Daí diz que vai dar uma resposta depois e você fica esperando e, às vezes, nem lhe dão retorno, nem nada (TM3).* O problema compartilhado por TM3 está relacionado a uma atividade típica do movimento social, que é a captação de recursos para projetos. Além das ações de cuidado, da participação em eventos, dentre muitas outras atuações inerentes ao exercício da militância, é o financiamento que costuma viabilizar a continuidade dos trabalhos e a permanência nos coletivos.

No campo do financiamento de projetos, TM4 nota a existência de uma desigualdade entre os sujeitos coletivos que irão angariar mais recursos para as suas associações. Essa assimetria distingue quem consegue, ou não, manter-se na militância. *A sobrevivência [no movimento social] vai depender justamente disso: qual recorte que você é dentro*

da sigla LGBT. Porque se você é um cara gay, cis, você consegue viver e viver muito de militância. Logo, para ser contemplado por uma verba de projetos, a depender do grupo, é preciso intensificar o trabalho. Você tem que estar sempre subscrevendo, tipo, vinte projetos. Desses vinte, talvez dois caiam pra você (...) eu não digo que dá para viver tranquilamente com o dinheiro da militância. Aí depende também de onde você está nessa sigla (TM4).

Enquanto alguns perfis, devido ao lugar social de privilégio ao qual pertencem, conseguem exercer a militância sem preocupações básicas, para muitas pessoas advindas de contextos de vulnerabilização, é preciso primeiro angariar o básico para a sobrevivência. *É bem difícil a gente conseguir falar sobre essas coisas todas, porque para muitas realmente é urgente o prato de comida, é emprego e renda (TF4). Porque se a sociedade não nos mata literalmente, ela nos mata de fome. Porque se você não tem dinheiro, não tem comida (TM3).* Essa urgência se tornou ainda maior no período pandêmico. *Porque a partir do começo da pandemia, alguns projetos e trabalhos ficaram paralisados e a gente ficou basicamente à mercê de auxílio emergencial. E aí isso mexeu psicologicamente com algumas pessoas, porque viram tendo uma situação de ter que ter restrição de alimentação, restrição de moradia, inclusive sendo expulso, despejados de suas casas em alguns casos (TF3).*

2.2-) A naturalização do sofrimento e o medo de confiar

No que concerne ao sofrimento psíquico resultante dos contínuos processos de violência aos quais a população trans encontra-se submetida na sociedade brasileira, as mulheres transexuais e travestis trouxeram apontamentos importantes. Devido às mudanças de cenários com o passar dos anos, cada geração apresentou uma percepção diferente em relação à forma de lidar com as violências transfóbicas. De acordo com TF2, os grupos mais antigos da militância precisaram resistir a uma ofensiva mais cruel e agressiva. *Existe uma geração de pessoas trans, da minha pra trás, que são pessoas que levavam até pisa no rosto, lavava defunto, ia para as cadeias, virava presa. A violência é um lugar tão natural para a gente, porque é isso que foi imposto.*

A fala de TF2 informa sobre a penosa realidade infligida às gerações mais antigas da militância trans, que as fizeram ter a necessidade de resistir às violências com maior dureza, uma vez que essa era a única escolha que possuíam neste período. Essa distinção, de acordo com a entrevistada, incide também no campo da saúde mental. *Eu tenho visto que esse lugar geracional, ele também vai falar dessa saúde mental. Eu já vi pessoas trans dizendo que era um monte de frescura das pessoas mais jovens. Porque, claro, elas são de outro lugar, elas são de outro momento. Como é possível perceber, na perspectiva de certas militantes mais antigas,*

a maneira de interpretar determinados efeitos psíquicos provocados pela violência cria uma geração mais frágil e despreparada, que sucumbe com maior facilidade por ter a opção de se vulnerabilizar. Embora TF2 identifique essas retóricas advindas de militantes endurecidas por biografias marcadas por crueldades, ela observa que a carência afetiva é uma mazela enfrentada por todas as pessoas trans. *Ninguém quer constituir família com a gente. Afeto ninguém quer dar. Então nós tivemos que construir um mundo à parte nesse processo. E não é fácil. Por isso que nossas populações são tão adoecidas.*

As sequelas de um histórico de privações de afeto foram destacadas na fala das mulheres transexuais e travesti. Nas entrevistas, elas discorreram sobre como essas restrições criam barreiras nas relações interpessoais, também na militância. *Eu acho que uma das coisas que faz com que pessoas trans, mulheres trans e travestis, passem a inclusive rejeitar certos afetos, é essa negação da família (TF2).* Essa propensão para rejeitar afetos, de acordo com TF3, ocorre por uma necessidade de as pessoas trans estarem sempre vigilantes e desconfiadas, *de forma a ter bloqueios a enxergar no igual uma pessoa que seja talvez um algoz, uma pessoa que seja contra você. Não é saudável você ser uma pessoa trans e enxergar uma outra pessoa trans como, digamos assim, opressora, como uma inimiga. Acho que seria mais saudável a gente enxergar a nós mesmos enquanto pessoas amigáveis, amigas, que são parceiras.*

2.3-) A necropolítica transfóbica: vidas trans suicidadas

Na atualidade, o campo de estudos e pesquisas sobre o comportamento suicida, a suicidologia, tem contado com um número maior de contribuições provenientes das áreas das ciências humanas, que buscam apresentar outros prismas para a reflexão acerca desse fenômeno. Durante muito tempo, as produções científicas sobre o comportamento suicida estiveram concentradas na psiquiatria, o que incorria na impossibilidade de pensar o suicídio como um acontecimento psíquico e político, reflexo da cultura e da sociedade de uma época (LIMA, 2020). Essa mudança epistêmica tem possibilitado o olhar mais atento para os aspectos epidemiológicos do suicídio, evidenciando os motivos que levam determinadas populações minorizadas politicamente a apresentarem taxas mais altas de tentativas e de mortes por autoextermínio, sem que isso resulte na naturalização dessas perdas, como se esses grupos tivessem uma condição intrínseca que as levaria para um destino funesto (BENEVIDES, 2022; BAÉRE, 2019).

No caso da população trans, por inexistirem instrumentos públicos disponíveis no Brasil para o levantamento de informações sobre o suicídio nesse grupo (BAÉRE, 2019), essas pesquisas têm sido realizadas pelo próprio movimento social (BENEVIDES, 2022; REDE TRANS BRASIL, 2021), que têm alertado sobre a elevada frequência de mortes

autoprovocadas na comunidade trans. Em decorrência de todo o estigma social e das violências reiteradas, verdadeiros impeditivos para as suas existências, há o entendimento de que pessoas trans no Brasil têm sido suicidadas pela sociedade. *Nós entendemos que nós não nos suicidamos, nós somos suicidados. E apresentamos isso até mesmo em forma de uma metáfora. Nós entendemos que o suicídio para pessoas trans é estar numa situação entre um precipício e, do outro lado, uma massa que te empurra para esse precipício. Aí você só tem duas alternativas: ou você enfrenta essa massa, o que causa muitas dores e a saúde mental abala demais, ou então tem o outro passo, que é você pular.* (TM1).

A metáfora trazida por TM1 retrata o modo como o cenário social tem se antagonizado com as existências trans, sem que isso mobilize o poder público. Logo, o fenômeno das vidas trans suicidadas tem sido entendido como uma das consequências da necropolítica (MBEMBE, 2019) agenciada contra a população sexo-gênero diversa no Brasil que, no caso das pessoas trans, também corrobora para que a expectativa de vida dessa população seja, ao que tudo indica, tragicamente inferior à de pessoas cisgêneras (ANTUNES, 2013). Esse contexto de perdas e dores repercute nas ações das organizações militantes. Por também serem espaços de acolhimento no campo da saúde mental, os discursos envolvendo o sofrimento psíquico são recorrentes nesses

ambientes. *Nós recebemos demandas por cima de demandas e a grande maioria delas está relacionada com a dor. De cem demandas que a gente recebe, talvez uma, ou duas, ou três venha dizer: “Eu passei no doutorado” (TM1).*

No panorama que envolve a análise das vidas trans suicidas, existe a preocupação com a população transmasculina. Em março de 2022, a morte de Paulo Vaz, conhecido como Popó, reconhecido ativista das transmasculinidades, repercutiu por todo o movimento trans e intensificou o alerta sobre a necessidade de investir mais esforços no campo da saúde mental. Na perspectiva de TF3, existe uma distinção na forma como os homens trans e transmasculinos lidam com as violências transfóbicas, que produzem sofrimento psíquico. *Eles lidam de formas diferentes que nós, mulheres trans e travestis, com essas violências. E acabam internalizando isso e acabam, muitas das vezes, acarretando depressão e suicídio, em automutilação.* A percepção de TF3 dialoga com estudos e pesquisas que têm buscado investigar a influência do gênero no comportamento suicida (BAÉRE; ZANELLO, 2018)

3-) Sobrevivência através da gestão do cuidado

Devido à relevância e ao impacto social das ações envolvidas no movimento sexo-gênero diverso, é comum que os militantes percebam a dedicação aos trabalhos como

uma tarefa compulsória e ininterrupta, tal como aponta TF2: *a gente vivencia todos os dias o ativismo. Você é ativista, então você não pode descansar.* Essa impressão trazida pela entrevistada tem como desdobramento a estafa física e emocional, por se tratar de uma ocupação cujas demandas são contínuas, pois requer a disponibilidade para a atenção e cuidado de uma população que, muitas vezes, encontra-se em estado de grande vulnerabilidade. Portanto, ao longo das entrevistas, foram compartilhados os meios através dos quais o exercício do ativismo tem sido articulado com o investimento no autocuidado.

Na perspectiva de TF1, saber dizer “não” é uma maneira de cuidar de si. No período pandêmico, ela afirmou ter sido convocada a participar de inúmeras lives a convite de uma organização militante da qual faz parte, sem ao menos ter uma contribuição financeira, pois estava utilizando recursos pessoais para estar presente nesses encontros virtuais. Logo, quando passou a se tornar menos disponível, compreendeu essa postura como uma forma de se preservar. *Eu não posso cuidar do outro sem eu cuidar de mim. E eu não quero ser útil para você, como forma de utilidade comercial, de ser usada.*

Enquanto há o relato sobre a necessidade de impor limites às solicitações da militância, TM1 afirmou fazer parte de uma associação na qual é incentivado o afastamento temporário para a resolução de problemas pessoais,

sobretudo quando estão envolvidas questões emocionais. *Tem todo esse processo de distribuição de dor, de distribuição de problemas, de dificuldades que pode se chamar de fugas para ter uma sanidade, para ficar são.* Ele aponta também que uma forma de gestão do cuidado neste espaço se dá através da atenuação de sentimentos de culpa. *Criamos um mecanismo de cuidado entre nós de entender todas essas demandas que chegam como não pertencentes cem por cento nossas. Isso quer dizer que quando acontecer de fugir, de escapar das nossas possibilidades, a gente não trazer isso como uma culpa ou uma responsabilidade de culpa (TM1).*

O afastamento temporário da militância foi um ponto em comum entre os entrevistados. Para TF2, esse afastamento é uma forma de não entrar em contato com aspectos negativos presentes no movimento social. *Eu me esqueço completamente do ódio, da raiva, da maldade das pessoas.* No entendimento de TM2, o tempo de afastamento é justamente uma forma de se preservar na militância, sem precisar abandoná-la. *O tempo, ele tem que se tornar um parceiro nosso. Não ser um inimigo, no sentido de que o movimento quer que as coisas aconteçam para amanhã. E aí, pela ansiedade, vai frustrando, as pessoas querem parar de lutar, porque demora, é difícil.*

Além do distanciamento temporário das atividades da militância, todas as pessoas entrevistadas assinalaram estar fazendo ou já terem feito psicoterapia. *Eu tenho uma psicóloga*

que me acompanha, que faz esse processo, que é o momento de esvaziamento, onde eu vou esvaziar um pouco o que está pesado aqui. E nesse processo de esvaziamento vou me liberando (TM1). Essa é uma realidade distante da comunidade trans, haja vista que é recorrente as vivências LGBTQIA+fóbicas em espaços de atendimentos clínicos (CFP, 2019), o que faz com que muitas pessoas sexo-gênero diversas tenham que realizar inúmeras tentativas até encontrar uma pessoa capacitada para acompanhá-las. No caso de TM3, que tem buscado auxílio no SUS, apenas recentemente conseguiu iniciar um processo psicoterápico.

Para TM2, ainda é preciso que a psicologia invista mais na diversidade sexual e de gênero. *Uma coisa essencial para a saúde mental no ativismo é a necessidade de: primeiro, uma psicologia voltada à diversidade; dois: uma psicologia engajada no movimento LGBTI; três: a inserção do psicólogo social como um personagem de extrema relevância para o movimento. Porque aí esse psicólogo social vai contribuir com o seu conhecimento no sentido de não nos deixar ansiosos, que é um negócio pra ontem.* No entendimento de TF4, os serviços de cuidado com a saúde mental não deveriam se restringir ao campo *psi*. *Acredito que os serviços têm que pensar dinâmicas mais criativas que envolvam multiprofissões. Não dá mais para ser só com psicólogo, psiquiatra (...) acho que precisa se travestilizar mais o espaço da clínica, da saúde mental, de terapias e tudo.*

Tendo em vista as dificuldades de encontrar profissionais no campo da saúde mental capacitados para o atendimento de demandas de pessoas trans, coletivos e associações militantes têm investido em núcleos de saúde mental, para que o acolhimento e o cuidado sejam ofertados dentro da própria organização. *A coordenação de saúde está com um projeto que, uma vez por mês, nós vamos nos encontrar. E aí, não só nós, toda a população transmasculina estará convidada e profissionais de saúde para a gente desabafar. Dizer tudo o que a gente está a fim de dizer sem medo de preconceito, sem medo de discriminação (TM1).* Essa iniciativa proposta por um grupo transmasculino dialoga com o que foi compartilhado na categoria anterior, sobre a necessidade que essa população apresenta de comunicar afetos e sentimentos, para que isso não incorra em sobrecargas emocionais insustentáveis.

A religiosidade também se apresentou como um recurso para atenuar os estresses da rotina com o movimento social. Dois entrevistados, TM1 e TM4, afirmaram ter a religião como um alicerce, que os viabiliza a continuar na militância. *Meu equilíbrio inicialmente vem daí, vem desse orixá. Então eu tenho uma prática candomblecista que me possibilita ter um equilíbrio. É onde eu vou fazer minhas práticas ritualísticas que me possibilitam esse equilíbrio (TM1).* Cabe ressaltar que ambos fazem parte de uma religião afro-brasileira, reconhecida pela inclusão social em suas práticas, mas que

ainda apresenta relutância na aceitação das identidades trans (DIAS; COLLING, 2018), tal como observou TM4. *Porque eles não querem validar dentro dos axés, dentro dos terreiros, a identidade de uma pessoa trans. Por exemplo, uma travesti, dentro do axé, ela tem que ser chamada de ele e usar roupas masculinas. E eu, enquanto homem trans de axé, para alguns lugares, eu tenho que usar saia e ser tratado no feminino. É uma forma de exclusão, porque a partir do momento em que eu mato a identidade de alguém dentro desses espaços, ela não existe.* Devido a essas imposições, TM4 também tem realizado a sua militância nesses espaços religiosos.

Por fim, o engajamento na arte e na cultura também foi um elemento presente nas entrevistas como forma de manutenção do autocuidado. Tendo em vista um número maior de produções no campo da diversidade sexual e de gênero, incluindo as epistemologias trans, TF1 afirmou que as leituras e estudos são ocasiões propícias para articular o descanso com a oportunidade da aprendizagem. TF4, por sua vez, tem na arte uma das suas principais vias de expressão emocional. *Eu venho da arte também, do teatro. Isso me acalma um pouco (...) E me perceber como uma pessoa que pode refletir o que eu penso, o que eu sou, o que eu acho, o que eu acredito, que pode reverberar em arte. Gosto muito de escrever poesia também. Atuo, tenho alguns trabalhos no audiovisual como atriz. E também ajudo a produzir eventos, saraus, espaços*

onde reúne artistas, que para mim são espaços muito sagrados. E eu conseguir me encontrar com as minhas semelhantes produzindo arte, pensando arte. Porque séculos atrás isso tudo foi negado para nós. Cabe ressaltar que, no cenário brasileiro, o ativismo³ tem sido um dos principais veículos de difusão das pautas da comunidade sexo-gênero diversa, o que tem fundamental relevância para combater os estigmas da cisheteronormatividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou apresentar as vivências pessoais e a trajetória no movimento social de ativistas trans, de forma a observar como as suas experiências na militância repercutem em seu bem-estar e na saúde mental. Para isso, foi apresentado a dinâmica e complexa história do movimento trans brasileiro, mostrando como o campo da saúde esteve presente nas pautas de seus coletivos e organizações. Ao considerar que as identidades trans ainda se encontram estigmatizadas na cultura e na sociedade, mesmo após a conquista da despatologização, a existência dessa população é atravessada por muitos percalços que repercutem em suas relações interpessoais e na construção das ações no interior do movimento trans.

3 De maneira sucinta, o ativismo pode ser definido como determinadas expressões artísticas que apresentam uma proposição política mais evidente.

A partir da análise qualitativa de entrevistas com dois grupos de ativistas (mulheres transexuais e travesti; homens trans e transmasculino), foram produzidas três grandes categorias. A primeira contextualizou o processo de aproximação, inserção e participação na militância, além dos conflitos por representatividade. Foram apresentados os desafios presentes na distribuição das atividades e das responsabilidades, impasses nas relações entre os grupos pertencentes ao movimento trans, como o silenciamento e apagamento dos transmasculinos, além das expectativas e cobranças que recaem sobre as organizações e coletivos. A segunda categoria, por sua vez, procurou situar o sofrimento psíquico no movimento trans, mostrando quais foram as principais dinâmicas produtoras de dores apresentadas nas entrevistas e como a fragilização da saúde mental se expressa nesta população, incluindo a contextualização sobre as vidas trans suicidadas pela cultura e sociedade transfóbicas. Por fim, a última categoria envolveu o compartilhamento dos meios encontrados por militantes trans para cuidarem de si, evitando que os contextos hostis culminem em processos de adoecimento psíquico.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, que envolveu a participação de um número restrito de ativistas, é sabido que muitos assuntos e pautas relacionadas à militância trans estiveram ausentes neste trabalho. Como

as categorias analisadas envolveram o agrupamento das questões compartilhadas por ambos os grupos, temas específicos que apareceram com pouca frequência, mas nem por isso apresentam menor relevância, não puderam estar presentes como categoria ou subcategoria. Desse modo, seria de grande relevância que próximos trabalhos envolvendo a saúde mental na militância trans pudessem se deter em um único grupo, incluindo nessa proposição a participação da militância não-binária.

Ainda cabe ressaltar que, ao longo da elaboração do texto, houve a preocupação para que a bibliografia trabalhada não fosse ciscentrada, tampouco que a introdução e a seção de resultados e discussão apresentasse uma roupagem exotizante das identidades trans (BENEVIDES; LEE, 2018). Embora a participação do ativismo trans nesta pesquisa tenha se dado através do relato de experiências, ao serem utilizadas majoritariamente produções teóricas e científicas de pessoas trans para embasar o trabalho, buscou-se também apresentá-las como agentes epistemológicas (NASCIMENTO, 2021).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Guilherme; MURTA, Daniela. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, 380-407, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/bvJMJJtLDKm3387YtgS54bw/abstract/?lang=pt>. Acesso em 20 abr. 2022.
- ANTUNES, Pedro Paulo Sammarco. **Travestis envelhecem?** São Paulo: Annablume, 2013.
- BAÉRE, Felipe. A mortífera normatividade: o silenciamento das dissidências sexuais e de gênero suicidadas. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 2, n. 5, 2019. Disponível em: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh/article/view/225>. Acesso em 19 abr. 2022.
- BAÉRE, Felipe; ZANELLO, Valeska. O gênero no comportamento suicida: Uma leitura epidemiológica dos dados do Distrito Federal. **Estudos de Psicologia** (Natal), v. 23, n. 2, 168-178, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2018000200008. Acesso em 19 abr. 2022.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BENEVIDES, Bruna. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: ANTRA; Distrito Drag, 2022.
- BENEVIDES, Bruna; LEE, Débora. Por uma epistemologia das resistências: apresentando saberes travestis, transexuais e demais pessoas trans. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 2, 252-255, 2018. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/12858>. Acesso em 24 abr. 2022.
- BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, 569-58, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/GYT43pHGkS6qL5XSQpDjrj/abstract/?lang=pt>. Acesso em 24 abr. 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

CARVALHO, Mário Felipe de Lima. **Que mulher é essa? identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais**. 2011. Dissertação (Mestrado em Medicina Social), Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CARVALHO, Mário Felipe de Lima. **“Muito prazer, eu existo!” Visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas Trans no Brasil**. 2015. Tese (Doutorado em Medicina Social), Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CARVALHO, Mário Felipe de Lima; CARRARA, Sérgio. Em direção a um futuro trans? Contribuições para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidade, salud y sociedade**, n. 14, 319-351, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/6862/0>. Acesso em 19 abr. 2020.

CARVALHO, Mário Felipe de Lima; CARRARA, Sérgio. Ciberativismo trans: considerações sobre uma nova geração militante. **Contemporânea Revista de Comunicação e Cultura**, v. 13, n. 2, 382-400, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/13865>. Acesso em 20 abr. 2020.

CARVALHO, Mário Felipe de Lima; MENEZES, Moisés Santos de. **Violência e saúde na vida de pessoas LGBTI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

COACCI, Tiago. **Conhecimento precário e conhecimento contra-público: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil**. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Federal de Minas Gerais.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução Nº 1, de 29 de janeiro de 2018**. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2019. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/tentativas-de-aniquilamento-de-subjetividades-lgbtis/>. Acesso em 18 abr. 2022.

DIAS, Claudenilson; COLLING, Leandro. Resistências e rejeições nas vivências de pessoas trans no candomblé da Bahia. **Revista Ex Aequo**, n. 38, 95-110, 2018. Disponível em: <https://exaequo.apem-estudos.org/artigo/resistencias-e-rejeicoes-nas-vivencias-de-pessoas-trans-no-candomble-da-bahia>. Acesso em 22 abr. 2022.

FOUCAULT, Michael. **Os anormais**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

INSTITUTO INTERNACIONAL SOBRE RAÇA, IGUALDADE E DIREITOS HUMANOS; REVISTA ESTUDOS TRANSVIADES. **A dor e a delícia das transmasculinidades no Brasil: das invisibilidades às demandas**. Rio de Janeiro: Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos, 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Transfeminismo: teorias & práticas**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.

KRISTEVA, Julia. Approaching abjection, powers of horror. **Columbia University Press**, Nova Iorque, 1-31, 1982.

LIMA, Luana. **Deverei velar pelo outro?: suicídio, estigma e economia dos cuidados**. Belo Horizonte: Editora Dialetica, 2020.

LIONÇO, Tatiana. A psicologia entre a patologização e a despatologização das identidades trans. In: SOUSA, Ematuir Teles; AMARAL, Marília dos Santos; SANTOS, Daniel Kerry (Org.). **Psicologia, travestilidades e transexualidades: compromissos ético-políticos da despatologização**. Florianópolis: Tribo da Ilha Editora, 2019. p. 43-56.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, 621-626, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhN-zG5NmpGBtNMff/abstract/?lang=pt> Acesso em 20 abr. 2020.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira. **Transfeminismo**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NERY, João. Transmasculinos: invisibilidade e luta. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 393-404.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Por que você não me abraça? Invisibilização de travestis e mulheres transexuais no movimento social de negras e negros. **SUR. Revista Internacional De Direitos Humanos** (Impresso), v. 15, n. 28, 167-180, 2018.

REDE TRANS BRASIL. **Transfobia - a pandemia que o Brasil ainda não extinguiu e o isolamento social que conhecemos**. Monitoramento: Assassinatos, Suicídios e Mortes Brutais de Pessoas Trans no Brasil Dossiê, 2020. Disponível em: <http://rede-transbrasil.org.br/dossie/>. Acesso em 16 abr. 2022.

SANTOS, Alexandre Peixe; MORELLI, Fábio “Homens do futuro”: o movimento de homens trans no Brasil sob o olhar de Xande Peixe. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 405-419.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SIMPSON, Keyla. **História: e assim nasceu o Movimento Nacional de Travestis e Transexuais** [s.d.]. Disponível em: <https://antrabrasil.org/historia/>. Acesso em 16 abr. 2022.

TRANSGENDER EUROPE. **Trans murder monitoring 2021**. Disponível em: <https://transrespect.org/en/tmm-update-t-dor-2021/>. Acesso em 25 abr. 2022.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2015. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade), Universidade Federal da Bahia.